

# RUPTURA

[www.rupturafer.org](http://www.rupturafer.org)


## INDIGNA-TE !



## PARA QUE SEJAM OS RICOS A PAGAR A CRISE

### Luta nos aeroportos

Os trabalhadores da Ground-force combatem a privatização da empresa e a conduta burocrática dos sindicatos, que negociam nas suas costas o Acordo de Empresa com a Urbanos, a empresa interessada em comprá-la.

PÁG. 3

### Reformados indignados

Assembleia reúne mais de 1200 reformados bancários, inconformados com a passagem dos seus Fundos de Pensões para o Estado, um saque de 6000 milhões de euros e um favor aos banqueiros, com o aval do sindicato.

PÁG. 5



### Projeto vergonhoso

Comité de Solidariedade com a Palestina denuncia projeto entre complexo militar-industrial israelita e a Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra cujo objetivo é branquear a agressão de Israel aos palestinianos

PÁG. 10



Protesto dos trabalhadores da Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário (EMEF), em Lisboa

# Indignação e ação

## Cortar com a troika e os ataques laborais

O “acordo” de concertação agora assinado entre governo, patrões e UGT é mais um ataque ao emprego e ao salário. É contra o emprego pois continua a torná-lo mais precário e inseguro e dá mais poderes ao patronato para poder despedir com a introdução de causas relacionadas com a produtividade e a “qualidade” do trabalhador. É contra o salário pois rouba três dias de férias, acaba com o pagamento de horas extraordinárias e penaliza as faltas com reduções salariais superiores ao período da falta. É também um “acordo” que prejudica gravemente a vida privada e familiar dos trabalhadores com o total desrespeito dos horários de trabalho quando impõe um banco de horas de 150 horas anuais para todos os trabalhadores.

Estamos perante mais uma situação de traição dos dirigentes sindicais da UGT que fazem mais um favor ao governo e aos patrões numa altura em que o descontentamento dos trabalhadores é grande e existem condições de passar a uma resposta em defesa dos direitos e salário, como se verificou com a onda de indignação perante a proposta do governo em aumentar o horário em meia hora diária o que obrigou o governo a recuar.

O governo PSD/CDS, os patrões e a troika só conhecem uma resposta para a crise que produziram e da qual são os responsáveis, e essa resposta resume-se a atacar os trabalhadores para lhes baixar o já reduzido salário, obrigá-los a trabalhar mais horas, roubar-lhes os direitos sociais e submetê-los à ditadura patronal com a chantagem dos despedimentos. É esta a política que os governantes propõe seguir, um caminho de gigantescos sacrifícios para os trabalhadores e o povo para voltarem a encher os cofres dos capitalistas que já fogem ao fisco e que voltam a ser beneficiados por este novo pacote laboral.

O caminho para os trabalhadores e o povo saírem dessa situação de crise precisa de ser o oposto daquele que tem sido seguido pelos governos e pela UE. O caminho tem de ser o de parar com o pagamento de uma dívida que não é do povo, tem de ser o de criar emprego e não despedimentos, tem de ser o de reforçar os serviços públicos de saúde, educação e não destruí-los, tem de ser o da nacionalização de todos os setores estratégicos da economia que devem ser públicos (Banca, energia eléctrica e combustíveis, transportes e telecomunicações, abastecimento de água e rede rodoviária) e não o de privatizá-los e de fazer aumentar os custos pela sua utilização, como o governo está a fazer com o aumento dos pagamentos nos serviços de saúde, nos transportes, na eletricidade, nas portagens das autoestradas, nas propinas do ensino, etc.

O corte dos salários no setor público, o corte dos subsídios de natal para todos os trabalhadores, o roubo de dois meses de salários para trabalhadores no activo e reformados este ano de 2012, o aumento geral de preços e de impostos geraram indignação popular que é aumentada cada vez que se conhece os escândalos dos privilégios, corrupção e fuga aos impostos praticados pela elite governante e pelos patrões das grandes empresas. Esta indignação difusa necessita de definir os alvos responsáveis e avançar para uma acção coerente. Em resposta à austeridade e aos cortes nos nossos salários e direitos temos de ser todos nós a cortar com a troika, a cortar com o governo de Passos Coelho e a cortar com os ditames desta UE ao serviço do capital.

Intensificar as manifestações de rua, o apoio aos setores de trabalhadores em luta, e avançar para uma ação de luta coordenada à escala europeia são o caminho. A participação e apoio às manifestações da Plataforma 15 Outubro a realizar no dia 21 de Janeiro e à manifestação da CGTP em 11 de Fevereiro, o apoio às greves de transportes a 2 de Fevereiro serão momentos importantes no caminho para construir uma necessária greve geral europeia contra a política de austeridade e ataques laborais seguida pelos governantes da UE.

## ENTREVISTA

# “Eu e o Chapitô não vamos desistir”

Entrevista de Lina Pereira

Entrevistamos José Carlos Garcia, ator, vice-presidente e diretor artístico da Companhia do Chapitô, a simpática associação cultural localizada na Costa do Castelo, em Lisboa.



### O que pensas do novo Orçamento de Estado para a Cultura em 2012?

Essa quase merece uma resposta direta: qual orçamento? A verba já deve estar em 0,001% ou qualquer coisa como isso, já não há orçamento para a cultura, estão a fazer de propósito para acabar com isto de uma vez por todas. É um caminho para acabar com todas as companhias de teatro subvencionadas pelo estado. Às companhias que tinham contratos quadriennais com o Ministério da Cultura, que já não existe, durante ano passado retiraram 23% e este ano retiraram 38% do contrato. Pode parecer estranho isto de falar da cultura com um contrato, mas, na verdade, somos agentes culturais, fazemos um serviço que o estado não faz e, se o estado não apoia esse serviço, vai deixar de existir porque o estado não o vai fazer.

### Consideras, portanto, que o desaparecimento do Ministério a foi um mau prenúncio?

Ao desaparecer o Ministério da Cultura desaparece um querer do estado ou dum governo que está no poder a dizer: “Para nós a cultura ainda tem menos valor do que já tinha”, e vai acabar por ter menos ainda. O que estão a fazer é como se deitassem abaixo todas as árvores que não dão frutos e não

alimentam diretamente, mas que alimentam outras coisas. Estão-nos a tirar o outro tipo de alimento, a cultura tem a ver com a alma, com o sentimento, com o lado do crescimento humanista, educação e cultura andam juntas. Vamos ficar muito mais pobres.

### Que impacto as medidas do governo poderão ter para o Chapitô?

Quanto menos dinheiro temos menos possibilidade temos de desenvolver artisticamente as coisas, a nossa qualidade vai ficar aquém. Por exemplo, a nossa companhia, que viaja cerca de oito meses por ano pelo estrangeiro, com uma estética reconhecida em todo o mundo, pode correr o risco de perder qualidade. É importante saber que as companhias quando viajam estão a representar Portugal, se não tiverem qualidade é o país que fica mal visto. Ao encurtar o tempo de produção, daremos trabalho a menos pessoas, apesar de aqui não despedirmos ninguém. Em vez de fazermos duas peças por ano faremos uma, ou pediremos financiamento fora do governo às empresas, se bem que a lei do mecenato podia ser mais forte, está pouco desenvolvida em Portugal, e as empresas acabam por dar pouco.

### Queres falar mais do lado

### social do Chapitô?

As pessoas em geral não sabem, mas temos cerca de 150 apoiados diretos, e alguns são cuidados para a vida. Temos uma equipa de 20 pessoas que trabalha com os colégios Navarro de Paiva e da Bela Vista, que são escolas de reinserção social. Fazemos reinserção e reeducação por via das artes. Temos uma casa que está no nosso espaço, a Casa do Castelo, que é uma casa ou lar de transição onde os miúdos, em 3 anos, aprendem a viver em comunidade, pois são postos na rua com 18 anos, e o estado não lhes continua a dar apoio. Se não se integram vão para a prisão ou dedicam-se a atividades marginais. Isto é um trabalho de continuidade, nós temos uma casa que os abriga e os faz trabalhar ou estudar em comunidade, onde gerem o seu próprio dinheiro. Procuramos dar-lhes autonomia para a vida. Isto é um trabalho muito importante: o Chapitô tem de fazer muitos espetáculos fora para ajudar a financiar o lado social que também não tem apoio. Se eu falar só de uma companhia de teatro é uma coisa, mas isto é mais do que uma companhia. Se nos tirarem dinheiro há muito mais pessoas a perder.

### Consequências para a população abrangida pela vossa ação social?

Temos um problema, uma escola com 120 alunos com o curso de artes e o curso de ofícios, temos que estar atentos a cada aluno, temos que dar apoio a alguns, temos que lhes arranjar casa ou bolsas para poderem estudar, temos psicólogos a trabalhar com eles, são tratados como pessoas e não como números. A cultura, a educação e a sociedade estão interligadas. Quando querem espertilhar e deixar de ter responsabilidades na educação, a cultura sofre, não se está a criar gente pensante, estão-se a criar pessoas que vão servir às grandes empresas. Aliás o sistema está feito para isso: vão servir àqueles que detêm o poder económico. O que está a acontecer com a educação vai-se refletir na cultura e isso é muito grave. Se privarmos o Chapitô de verbas prejudica-se muita gente. Mas fica aqui a mensagem: “Eu e o Chapitô não vamos desistir”.

## RUPTURA

Órgão oficial do Ruptura/FER  
www.rupturafer.org

Seção portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional (LIT-QI)  
Impressão: A Triunfadora Artes Gráficas Lda.  
Rua D. Sancho I, 36-A - 2800-195 Amadora

Proprietário: Gil Garcia  
Diretor: João Pascoal  
Editora: Cristina Portella  
Projeto Gráfico: Nádja Martins  
Capa: Pedro Varela  
Contato: jornal@rupturafer.org  
Nº ICS: 124814  
Tiragem: 500 exemplares

Colaboraram neste número:  
Ana Paula Amaral, Clara Sousa, C.K., Diogo Lourenço, Elsa Sertório, J. A. Dias, Lina Pereira, Manuel Pereira, Manuel Afonso, Manuel Neves, Pedro Castro, Salomé Gonçalves, Sofia Roque, Vasco Fernandes.





## A luta na Groundforce contra o governo e as traições

A luta dos trabalhadores da Groundforce/SPDH continua e tem agora dois vetores: contra a privatização e contra a traição das direções sindicais.

No que diz respeito à privatização, as negociações entre as partes passam neste momento por um impasse visto que a candidata à compra da Groundforce, a Urbanos, ameaça com a desistência caso não haja uma negociação favorável do A. E. Por seu lado, o INAC (Instituto Nacional de Aviação Civil), responsável pela concessão das licenças de handling, dada a interpretação errônea que faz da diretiva comunitária, só dará a licença se a Groundforce for privatizada.

Em toda esta questão, a atuação sindical tem sido a de chegar a acordo na negociação do A.E., de modo a não inviabilizar o investimento da Urbanos e, nesse sentido, os dirigentes têm tentado manipular os delegados para concordarem com o que lhes é exigido.

### Dirigentes sindicais chamam a polícia

Entretanto, no fim de um mês conturbado, a 29 de dezembro último, cerca de 150 trabalhadores e delegados sindicais entraram numa reunião sindical efetuada quase que em segredo num hotel de Lisboa. Há algum tempo já que crescia o descontentamento com a falta de democracia sindical evidenciada pelos dirigentes relativamente às negociações do Acordo de Empresa com a Urbanos.

A isto juntavam-se a recusa em reunir um plenário para discutir a situação da empresa, a sonegação de informação e ainda ameaças de destituição de alguns delegados

sindicais mais combativos. Perante estas atitudes e a tentativa de impedir a entrada dos trabalhadores na assembleia, estes resolveram entrar na sala do hotel e assistir à reunião. Ao ver irromper as vozes que pediam participação nas negociações do A.E., os dirigentes sindicais dos cinco sindicatos resolveram cancelar a assembleia, invocando a presença de elementos não sindicalizados na sala.

Apupados pelos delegados e perante o apelo a um plenário com votação de mão no ar sobre a sua atuação nas negociações do A.E., os dirigentes chamaram a polícia que protegeu a sua fuga pela porta dos fundos do hotel porque a saída pela porta principal tinha entretanto sido barrada.

Os trabalhadores queriam apenas fazer ouvir as suas vozes porque não concordam com o que lhes é exigido e querem ver reconhecida a sua oposição a qualquer forma de privatização da Groundforce/SPDH, chamando a atenção de todos para a falácia que é a imposição da troika em todo este processo.

### A mentira do governo

Trata-se para eles de desmistificar a teoria do governo e da Autoridade da Concorrência de que a Groundforce tem obrigatoriamente de ser privatizada para ter direito à licença de handling. O que vem escrito na diretiva comunitária 96/67/CE é apenas que os Estados-Membros "devem limitar a abertura do mercado a um número máximo de prestadores para quatro categorias de

assistência em escala. Esta limitação é condicionada ao respeito de certos critérios, em termos de seleção dos prestadores (necessidade de um convite à apresentação de propostas a nível europeu, transparente e não-discriminatório). Além disso, um dos prestadores autorizados a fornecer estes serviços deve ser independente da empresa que explora o aeroporto e das principais companhias aéreas que o servem".

Constata-se, assim, que a legislação da UE não impõe a privatização da Groundforce/SPDH, tratando-se meramente de uma decisão política por parte de todos os governos, interesses económico-financeiros e respetivos partidos envolvidos na tentativa de privatização da empresa. O serviço público português continua a saque e a luta pela sua manutenção tem de ser de todos!

Relativamente à redução de gastos, os trabalhadores gostariam de ver chegar os cortes às regalias oferecidas aos dirigentes administrativos que usufruem de salários chorudos, carros da empresa, cartões de crédito e outros privilégios que tais. Gostariam de poder trabalhar sob uma administração independente da TAP, como lhes é exigido, e de não sofrer os efeitos dos contratos abusivos que a companhia aérea nacional lhes tem imposto. Desejam, isso sim, uma administração transparente de modo a que não se voltem a verificar as situações abusivas e danosas de anos anteriores.

**Salomé Gonçalves**

## Haiti sob ocupação

O terrível terramoto que atingiu o Haiti em 12 de Janeiro de 2010 parece ter inúmeras "réplicas", pois a pretexto de preocupações humanitárias estamos perante uma das mais selváticas ocupações pela ONU, denominada Minustah (United Nation Stabilization Mission in Haiti). As denúncias contra o clima de medo e repressão instaurado pela presença das tropas incluem violações e agressões armadas. Os mais recen-

tes relatos atestam que, a par das brutalidades perpetradas, junta-se uma acusação de carácter humanitário: a vaga de mortes causadas pela cólera. Mais de 7000 haitianos morreram vitimados pela bactéria da cólera trazida pelos soldados das Nações Unidas, que se apressaram a negar as evidências do contágio. Como afirmam os seus habitantes, que lutam contra a ocupação, o Haiti não precisa de soldados, mas sim de médicos.



## Famílias em risco no Brasil

Moradia é um dos problemas mais graves enfrentados pelos brasileiros. Por isso, a luta dos moradores de Pinheirinho, em São Paulo, contra a desocupação prometida pela Justiça e a Câmara Municipal está a despertar a solidariedade da população. São mais de mil famílias que ocupam o local desde 2004, e desde então enfrentam ameaças, intimidações e agressões por parte dos poderes instalados. O dono do terreno de Pinheirinho é um milionário

libanês chamado Naji Nahas, famoso por polémicas operações financeiras que já o levaram a ser condenado a 24 anos de prisão. Ao lado da luta dos moradores de Pinheirinho estão várias entidades dos trabalhadores, como o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, e manifestações de solidariedade foram enviadas de várias partes do mundo. O Ruptura/FER também está ao lado dos moradores do Pinheirinho.



## Guantánamo não fechou

O campo de detenção de Guantánamo não foi ainda encerrado, apesar da promessa eleitoral feita por Barak Obama e das conversações de paz com os Taliban. Na verdade, passados dez anos da sua abertura, o campo ainda mantém 171 prisioneiros, alguns sem culpa formada, nem julgamento anunciado. A clara cedência de Obama aos poderes militares é

o grande entrave para o desmantelamento dessa fortaleza. Assim se força os prisioneiros a permanecerem numa prisão onde são tratados sem qualquer dignidade. Feita para acolher perigosos Taliban e membros da Al-Qaeda, esta cadeia com os presos em uniformes cor de laranja, acorrentados e encapuçados é um símbolo do desrespeito pelos direitos humanos.



# Médicos recusam horas extraordinárias em protesto contra cortes do governo

São precisos plenários de trabalhadores de cada hospital, sem separação por profissões, com planos de luta conjuntos que incorporem um diálogo constante com a população.

O aumento das taxas moderadoras (consultas e urgência custam o dobro em 2012!), a diminuição de comparticipação de medicamentos e exames de diagnóstico, os cortes nos subsídios aos transportes dos doentes, tudo isso são medidas de afastamento de uma grande fatia da população de uma saúde condigna. O Orçamento de 2012 prevê agora um ataque sem precedentes aos trabalhadores do Serviço Nacional de Saúde (SNS), nomeadamente aos médicos.

Também eles vítimas dos cortes na Função Pública, os médicos que trabalham no SNS vão ver reduzidos os pagamentos pelas horas extraordinárias para valores aberrantes. Uma urgência ao sábado chega a sofrer cortes de 40% por hora! Os médicos, por estarem em regime especial da Função Pública, não podem recusar fazer 12 horas extraordinárias por semana, até 100 por ano, o que faria com que a greve às horas extraordinárias inicial-

mente proposta pelo Sindicato Independente dos Médicos (SIM) fosse considerada ilegal.

### Resposta dos trabalhadores

No entanto, em vários hospitais começam a existir plenários de médicos para lutar contra esta injustiça. No Hospital de Santa Maria, num plenário com cerca de 80 a 100 internos, foi decidido avançar com a recusa de horas extraordinárias para lá do obrigatório por semana ou ano (100

horas). A mesma decisão foi tomada pelos internos do Centro Hospitalar de Lisboa Central (S. José, Capuchos, Sta. Marta e Estefânia) e do Curry Cabral.

O plenário do Santa Maria foi convocado por internos, sem qualquer ajuda sindical, e decidiu, praticamente por unanimidade, recusar fazer mais horas extraordinárias além do obrigatório se estas forem pagas como previsto no Orçamento de Estado. Apesar das promessas de negociações entre os sindicatos e o governo, os internos decidiram entregar já essa recusa, não caindo na ilusão de que o governo recuará sem uma forma de pressão dos trabalhadores.

A medida é uma forma de demonstração de repúdio em relação a cortes tão brutais e pode levar a que vários serviços fiquem sem urgência interna e com que a urgência central fique desfalcada. Para fugir à contratação de pessoal, muitos serviços mínimos (urgências, cuidados intensivos, hemodiálise, etc.) têm dependido das horas extraordinárias dos médicos, sobretudo dos mais novos, que por vezes chegam a trabalhar 60 e 70 horas semanais com prejuízo óbvio da sua saúde e da dos doentes que assistem em condições de sobrecarga e exaustão. Para se ter dimensão, existem internos que farão 96 horas extraordinárias só em Janeiro

### É preciso unir as lutas

É preciso, no entanto, unir os outros trabalhadores do SNS nesta luta, e é preciso que os médicos também se integrem nas lutas dos auxiliares e enfermeiros.

Mais importante: é preciso que os utentes do SNS lutem juntamente com os profissionais. A luta contra o corte nos salários dos médicos tem de ser unificada com a luta contra o aumento das taxas moderadoras, porque para um SNS universal, gratuito e de qualidade, tanto é necessário garantir o acesso de todos, como as condições dos seus trabalhadores.

É preciso que o sindicato dos enfermeiros acorde da sua letargia, é preciso que os sindicatos médicos promovam e forneçam todas as condições aos plenários que os médicos sentirem necessidade de fazer (e que os sindicatos nunca promoveram!), é preciso uma resposta dos auxiliares contra as condições desumanas de trabalho a que são sujeitos, contra os cortes nos seus salários.

Para isso, são precisos plenários de trabalhadores de cada hospital, sem separação por profissões, com planos de luta conjuntos que incorporem um diálogo constante com a população, através de panfletos e outras formas de comunicação, para que esta perceba que o boicote às horas extraordinárias são, também, a seu favor.

O SNS foi deteriorando a sua qualidade fruto de anos de governação PS e PSD/CDS-PP. No entanto, o atual governo PSD/CDS/troika, com a bênção do PS, promete ser o carrasco final. Cabe aos trabalhadores da saúde e à população impedir que isto aconteça.

Contra os cortes nos salários dos trabalhadores do SNS!

Fim das taxas moderadoras!

Trabalhadores e utentes unidos por um SNS de qualidade, universal e gratuito! **N.M.**

# Uma rede para não dar trégua à patronal e ao governo

Foi criada a Rede Sindical e Popular, por um sindicalismo em defesa da classe, pela democracia dos trabalhadores e por uma ação combativa.

Reuniram-se, no passado dia 10 de dezembro, no Instituto Português da Juventude, em Lisboa, cerca de 70 pessoas ligadas ao mundo do trabalho para uma discussão sobre a situação do país e o sindicalismo. O objetivo é começar a juntar trabalhadores num movimento amplo e de luta contra os ataques do governo, da troika e da patronal, sem ceder aos vícios do sindicalismo clássico, burocratizado e muitas vezes conciliador.

Assim, jovens precários e trabalhadores de call-centres, ativistas e dirigentes sindicais, membros de comissões de trabalhadores e delegados sindicais de diferentes áreas e várias regiões do país uniram-se numa discussão plural e aberta sobre a crise capitalista, as respostas da classe trabalhadora e, especificamente, dos sindicatos. João Pascoal, da Comissão de

Trabalhadores do Banco Santander Totta, lembrou que os tempos serão cada vez mais duros para a classe trabalhadora e que, sem uma luta sindical forte, democrática e internacional, não se encontrarão respostas vitoriosas.

As críticas contra os sindicatos são várias e refletem o falhanço de várias lutas que poderiam ter sido vitoriosas. Altamiro Dias, da Comissão de Trabalhadores da Imprensa Nacional/Casa da Moeda, acusou os sindicatos de procurarem, na sua maioria, a conciliação de classes. No entanto, os bons exemplos também vieram ao de cima: Ana Lúcia Massas, do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social, deu o exemplo do seu sindicato, no qual os Estatutos democráticos asseguram a proporcionalidade nos corpos gerentes com

representantes das listas concorrentes (mesmo a nível da direcção central) bem como asseguram a renovação dos dirigentes com a limitação de candidaturas a dois mandatos consecutivos, impedindo assim que haja “carreiras sindicais” e privilégios para os dirigentes.

André Pestana, professor contratado do movimento 3R's (Renovar, Refundar, Rejuvenescer), deu o exemplo da sua escola, onde os professores fizeram um fundo de greve para ajudar os auxiliares que participaram da greve geral de 24 de novembro último, num claro exemplo de solidariedade entre trabalhadores que no sindicalismo português atual praticamente não existe.

Do Brasil, da Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas), chegou outro exemplo de sindicalismo combativo. Altino de Melo Prazeres Júnior, presidente do

Sindicato dos Metroviários de São Paulo, falou da sua experiência. Neste sindicato, os sindicalistas são obrigados a retornar à base de 6 em 6 meses, para impedir que se acomodem ao aparato. A sede sindical passou a ser aberta, e não um privilégio de alguns; e, periodicamente, há um boletim do sindicato para a população.

### Objetivos da Rede

De acordo com a carta convocatória deste primeiro encontro, o objetivo da Rede Sindical e Popular é lutar pela criação de um sindicalismo de combate, dotado de um programa anticapitalista e mobilizador para a luta sindical, económica e política; que intervenha e dispute a direcção dos sindicatos com listas próprias ou em unidade com setores que queiram lutar; que atue nos movimentos de

trabalhadores precários e no movimento popular; e apoie os movimentos de desempregados e a organização dos novos setores da classe trabalhadora, como os trabalhadores de call-centers.

Durante o debate foi aprovada a defesa da proporcionalidade na formação das direcções sindicais (as listas integram a direcção de acordo com a votação recebida pela base) e maior destaque à limitação dos cargos sindicais. No aspeto da luta sindical, foi aprovado o debate sobre a necessidade da criação de um fundo de greve.

Ficou decidido que um encontro semestral do movimento será o órgão deliberativo da Rede. Nesse primeiro encontro, foi eleita uma comissão instaladora com 11 membros.

**Filipa Roque**, da Comissão Instaladora da RSP

# Reformados bancários iniciam contestação

Devia ter sido notícia de telejornal, mas não foi: nesta primeira quinzena de janeiro de 2012 realizaram-se as maiores reuniões de bancários das últimas décadas.

No passado dia 9 de janeiro, uma assembleia reuniu mais de 1200 reformados bancários. A reunião, convocada pela direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI), destinava-se a "esclarecimentos sobre a passagem dos Fundos de Pensões para o Estado". A transferência foi feita com base num acordo que já tinha sido assinado em finais de dezembro e sem o prévio conhecimento e debate com os bancários, nomeadamente os que agora foram visados e que já estavam a receber a sua reforma pelos fundos de pensões e sob responsabilidade dos bancos onde trabalharam e descontaram uma vida.

O que se passou foi um autêntico saque governamental a 6000 milhões de euros dos Fundos de Pensões dos Trabalhadores e um favor aos banqueiros que se libertaram da responsabilidade de pagar reformas a 30.000 trabalhadores. A nova situação e a sua indefinição, ao não haver garantias dos anteriores contratos serem cumpridos até ao fim da vida dos actuais reformados, geraram um grande descontentamento contra as direcções sindicais que assinaram um acordo sem a consulta prévia a nenhum dos interessados, vindo só

agora a direcção do SBSI, após a publicação do decreto-lei, "dar esclarecimentos"...

Esta realidade espelhou-se na assembleia, onde a esmagadora maioria das cerca de 40 intervenções pedia a demissão da direcção do SBSI (PS/PSD), tendo sido apresentadas 3 moções de censura e desconfiança, as quais nem sequer foram postas à votação pela direcção que presidia à reunião.

### Mobilização dos reformados dá o exemplo

Esta mobilização que, em dois dias e em diferentes lugares, já juntou cerca de 2.500 reformados e trabalhadores, tem de continuar, pois os direitos contratuais conquistados ao longo de décadas não estão claramente garantidos.

As direcções sindicais não podem andar constantemente a fazer o jeito ao governo e aos banqueiros, sem querer saber da opinião dos bancários. Por isso, os bancários reformados e activos devem juntar-se para continuar a debater e decidir formas de acção, de modo a contrariar a manobra da incerteza.

Perante qualquer eventualidade governamental que venha a lesar os



reformados, têm de ser os banqueiros a assumir as suas responsabilidades contratuais.

O decreto-lei tem de ser revogado e os sindicatos de novo ouvidos - com consulta prévia aos bancários - para nova negociação contratual que, verdadeiramente, garanta o futuro.

Foi com esta orientação e propostas que os sindicalistas do MUDAR entrevistaram

nestas assembleias realizadas em vários distritos. O passo seguinte deve ser a realização de uma grande assembleia de bancários, que junte reformados e trabalhadores do ativo, de toda a zona de intervenção do SBSI (da Covilhã até às Ilhas), para debater a situação e decidir formas de acção para exigir o respeito pelo actual acordo coletivo do setor bancário.

**João Pascoal** (bancário)

## AGIR obtém o seu melhor resultado na Universidade do Minho

Campanha eleitoral aproxima ativistas e fortalece um polo de oposição de esquerda à coligação da direita e do PS.



A lista de continuidade, composta por uma coligação da JS, JSD e JP, venceu as eleições de 6 de dezembro último para a direcção da Associação Académica da Universidade do Minho (AAUM). Até aí já era o esperado. O novo a destacar nessas eleições foi a continuidade da queda dos votos dados a essa coligação - perdem 600 desde 2008 - e o crescimento do AGIR, coletivo de estudantes dinamizado por militantes do Ruptura/FER. O AGIR obteve 280 votos, o que corres-

ponde a 16%, sendo este o melhor resultado das quatro vezes em que participou dessas eleições.

Os 77% dos votos dados à coligação do "centrão" devem-se, entre outras razões, ao apoio recebido das máquinas partidárias e de empresas, o que lhes possibilita fazer campanhas dispendiosas. Para além disso, o monopólio que têm das praxes permite-lhes, no dia da votação, levar centenas de alunos que não se identificam com o processo eleitoral e não têm

conhecimento dos programas às mesas de voto. O alheamento da esmagadora maioria dos estudantes também justifica esse resultado, visto que a abstenção chega aos 90%.

O resultado do AGIR superou o da lista integrada por apoiantes do Bloco de Esquerda, que obteve 111 votos (6,4%). Pela primeira vez nos últimos quatro anos a JCP não apresentou lista a nenhum dos órgãos.

### Apelo à unidade

Essas eleições realizaram-se num contexto em que os cortes no ensino superior têm sido brutais, ultrapassando até as exigências da troika, o que reforçava a necessidade da formação de uma alternativa unitária e de combate. Por isso, o AGIR, mais uma vez, apelou à unidade de todos aqueles que não se reveem nessas políticas de destruição do ensino superior público e na direcção da AAUM.

Antes do processo eleitoral, o coletivo convocou uma reunião aberta a toda a comunidade estudantil. Nesse encontro estiveram presentes, além dos elementos do AGIR, ativistas do Bloco de Esquerda. Esta reunião ficou marcada pela intransigência dos militantes do Bloco: as suas intervenções não apresentaram reivindicações quanto aos conteúdos programáticos, mas limitaram-se a exigir que o nome AGIR não surgisse neste ato eleitoral. Sabendo de antemão que esses ativistas nunca aceitariam integrar uma lista do AGIR, propusemos a

criação de uma lista em que participassem o AGIR e a Plataforma Bolseiros (afeta a esses ativistas), mas não foi aceite, o que impossibilitou a desejada unidade.

### A campanha do AGIR

Sabendo que num momento eleitoral há uma maior receptividade por parte dos alunos, o AGIR tentou efetuar uma campanha de proximidade com estes. Optou por centrar a discussão com os colegas em torno da questão do financiamento do ensino superior e da ação social. O processo eleitoral permitiu a aproximação a novos ativistas, bem como a consolidação de ativistas do AGIR que participaram pela primeira vez numas eleições. Conseguiu-se assegurar uma boa campanha nos dois polos (Braga/ Guimarães), contactando com centenas de alunos, o que teve repercussões eleitorais.

Em suma, o AGIR consolidou-se como a principal alternativa à direcção da AAUM e como polo de resistência às políticas de austeridade que afetam o ensino superior. Este processo eleitoral confirmou também a fragilidade das direcções tradicionais, nomeadamente da JCP, que não se apresentou às eleições, da direcção do Bloco, que não consegue intervir ativamente no ambiente estudantil, e das direcções que representam os governos PS e PSD/CDS-PP, responsáveis pela destruição do ensino superior.

**Manuel Pereira e Pedro Castro**



# Governo castiga o povo, mas presenteia os amigos

A crise não é para todos. Enquanto corta pela metade pensões inferiores a 500 euros, Passos Coelho e Portas distribuem cargos com salários superiores a 600 mil euros anuais aos "boys" do PSD e CDS-PP.



A vida está cada vez mais difícil para os trabalhadores e a juventude portugueses. 2012 começou com aumentos nos produtos alimentares e restaurantes, na eletricidade, nas rendas, nas portagens, nos transportes e na saúde.

Nas urgências, as taxas moderadoras dobraram, e quase triplicaram nas consultas hospitalares. Até a administração de uma vacina ou a mudança de penso passaram a ser cobrados. Com esses aumentos, o governo que ganhar 200 mil milhões só este ano. "Uma duplicação das taxas é um aumento brutal, não só pelo aumento das taxas, mas porque os cidadãos estão a ser esmagados por todas as vias, com redução dos salários e aumento dos impostos", referiu à imprensa o bastonário da Ordem dos Médicos, José Manuel Silva,

No caso das rendas, as posteriores a 1967 aumentaram 3,19%, enquanto as anteriores podem atingir aumentos de 4,79%. O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) também aumentou e o governo reduziu para três anos o prazo de isenção para os novos proprietários. O custo mensal da

eletricidade subiu 4%, já depois da subida do IVA de 6 para 23% em outubro do ano passado. Para junho está prevista uma atualização da tarifa do gás.

Nos transportes a situação não é menos grave. Depois do aumento médio de 15% em 2011, e do aumento previsto para fevereiro próximo pelo índice da inflação estimada para este ano (3,1%), o governo quer aumentar o preço do passe social do metro de Lisboa e impor valores diferenciados de tarifas de acordo com as declarações ao fisco, além de reduzir postos de trabalho e carreiras na Carris. Essas são algumas das medidas que o governo quer impor através do Plano Estratégico de Transporte, que está a ser repudiado pelos trabalhadores do setor.

## Mesquinhas

Tudo aumenta, até os dias de trabalho de acordo com os planos do governo, menos os salários e as pensões, que são reduzidos. Além de eliminar os subsídios de férias e de natal da Função Pública, o governo quer cortar para metade uma das pensões recebidas por

cerca de 15 mil pensionistas, mesmo que a soma dessas pensões totalize valores baixos, entre 500 e 700 euros, o que é o caso da maioria.

A mesquinha do PSD/CDS-PP é tanta que a ex-ministra das Finanças Manuela Ferreira Leite não teve o menor pudor em referir, em programa da SIC Notícias, que os doentes com mais de 70 anos deveriam pagar hemodiálise. Em Portugal existem cerca de 10 mil pessoas a fazer diálise, cujos preços variam, por semana, entre 450 a 470 euros. Um doente sem este tratamento morre em poucos dias.

## Não há crise para grandes empresas e "boys"

Se Ferreira Leite quer condenar a morte milhares de doentes para poupar, já sabemos para onde vão essas poupanças. Para os laranjas e correligionários de Paulo Portas. Autarcas do PSD e CDS-PP foram nomeados para as empresas Águas de Portugal, Caixa Geral de Depósitos e EDP. Como presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP, Eduardo Catroga, o mesmo que negociou pelo PSD as medidas de austeridade com a troika, ganhará um salário nada austero, de 639 mil euros por ano, ou 45 mil euros por mês, que acumulará com uma pensão de mais de 9.500 euros.

Pelo lado das empresas, a moda é correr para outras praças à procura de maior rentabilidade para o capital. Mesmo que isso signifique reduzir o valor dos impostos pagos no país. Esse foi o caso da Jerónimo Martins, dona dos supermercados Pingo Doce, que passou a totalidade do capital para a subsidiária na Holanda, país com um regime fiscal muito mais suave. O mesmo fazem 19 das 20 empresas cotadas no PSI-20, o índice da Bolsa de Valores de Lisboa que reúne as maiores empresas portuguesas no mercado de capitais, como a Mota Engil, a Galp e a Sonaecom.

**Cristina Portella**

## Medidas do governo deixam pobres mais pobres e aumentam o desemprego

A taxa de desemprego em Portugal atingiu, em novembro de 2011, o recorde de 13,2% (Eurostat), e a Comissão Europeia perspectiva que a mesma se agrave durante 2012, podendo chegar a 13,6%. Para piorar a situação, a maioria dos desempregados já não recebe subsídio de desemprego: meio milhão, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Mas o governo não está nada preocupado com isso. O secretário de Estado do Emprego aprovou recentemente o pedido da construtora Soares da Costa para reduzir drasticamente o número de trabalhadores, apesar de já ter superado os limites legais. A Soares da Costa não é uma empresa deficitária, pelo contrário, apresenta lucros que vêm a aumentar ano após ano.

Outro exemplo: mais de 800 formadores e 214 técnicos foram demitidos após o encerramento de Centros Novas Oportunidades afetos ao

Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Esses trabalhadores não serão protegidos por subsídio de desemprego por serem prestadores de serviços (recibos verdes).

Sindicatos e redes sociais temem que milhares de pessoas entrem em limiares mínimos de subsistência nos próximos anos, desconhecidos desde há várias décadas em Portugal. Serão os efeitos das novas e ainda mais penalizadoras medidas de austeridade pós-troika que agravarão a pobreza que já se fazia sentir.

Um estudo da Comissão Europeia que avaliou o impacto sobre o rendimento das medidas de austeridade aplicadas entre 2008 e Junho de 2011 por países europeus que atravessam crises orçamentais revelou que, em Portugal, os 20% mais pobres sofreram uma redução de 6,1% no seu rendimento, enquanto os mais ricos perderam bem menos, 3,9%. **CP**

## Unificar as lutas para derrotar austeridade

A resistência aos planos do governo está em marcha, mas é preciso mais força e unidade no combate para conseguir fazê-los recuar. As reações que existem, apesar de importantes, ainda são defensivas e dispersas. À forte greve geral de 24 de novembro último, não se seguiu uma resposta de fôlego e unitária, mas iniciativas isoladas, que, em alguns casos, não tiveram a solidariedade necessária por parte do movimento sindical.

Este foi o caso da luta dos maquinistas no final do ano passado contra os processos disciplinares instaurados pela empresa contra cerca de 200 trabalhadores que participaram da greve geral de 24 de Novembro de 2010. Este foi o caso dos trabalhadores da Groundforce, que, pelo contrário, acabaram por insurgir-se contra sindicatos que, em vez de organizar a sua base para resistir à privatização da empresa e às suas consequências, promoviam reuniões secretas para negociar com os futuros patrões.

Tem havido mobilizações importantes nos hospitais por parte dos internos contra o corte no valor pago pelas horas extraordinárias dos médicos; houve a greve dos trabalhadores portuários contra a extinção de postos de trabalho; há a luta dos trabalhadores da Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviários

(EMEF) em protesto contra a reestruturação da empresa que ameaça postos de trabalho; há as comissões de utentes a intensificar os protestos pela suspensão das portagens nas ex-SCUTs, etc.

Uma outra frente de contestação aos cortes salariais promovidos pelo governo nas empresas públicas é a Justiça, onde os trabalhadores da CTT ganharam um primeiro round. O Tribunal do Trabalho de Lisboa mandou os CTT devolverem os cortes salariais aplicados desde o ano passado sobre os salários dos trabalhadores sindicalizados na sequência de um processo movido por um dos sindicatos da classe. A administração dos CTT disse que vai recorrer desta decisão para o Tribunal Constitucional.

Passos significativos para romper a dispersão das lutas são as mobilizações de 21 de janeiro, convocada pela Plataforma 15 de Outubro (15.O), e 11 de fevereiro, convocada pela CGTP; e a greve do setor de transportes marcada para 2 de Fevereiro próximo. Os trabalhadores do Metro de Lisboa, da Carris e da CP já decidiram aderir ao dia de luta com uma greve de 24 horas. Na Transtejo e Soflusa haverá paralisações de três horas por turno.

Esse é o caminho: unificar as lutas contra as medidas do governo a partir da sua organização democrática e pela base. **CP**



# A austeridade e os sacrifícios não nos tiram da crise

Apesar da brutalidade das medidas de austeridade que estão a ser impostas à maioria do povo português, vários dados demonstram que, ao contrário do que nos querem fazer acreditar, estes sacrifícios não nos tiram da crise e arrastam milhares de portugueses para a pobreza.

Neste início de ano, o governo já admitiu a necessidade de, durante o ano de 2012, tomar novas medidas de austeridade. Exemplo disso é que já se equacionam novos aumentos das taxas moderadoras para o final do ano que agora começa. Isto porque o Compromisso de Défice com a Troika de 2011 foi garantido pela medida “cosmética” da transferência do fundo de pensões dos bancários para a Segurança Social. No entanto, esta medida aumenta o défice para o ano de 2012, acrescentando ao Orçamento o pagamento pela Segurança Social das pensões dos bancários. Para compensar este desvio orçamental, o governo propõe-se a vender património e a tomar medidas de austeridade adicionais.

Já o Banco de Portugal, em relatório recente, estima que a recessão vai ser de -3,1%, um valor superior ao previsto no OE2012, enquanto a OCDE aponta para -3,2%. O Banco de Portugal afirma ainda que pro-



O número de sem-abrigos na Grécia aumentou com as medidas de austeridade

vavelmente a recessão real será ainda superior a esta estimativa. Já as previsões para 2013 são de uma estagnação (0,3%) no melhor dos casos, sendo bastante provável, todavia, a continuação da recessão.

Segundo o governo, o paga-

mento da dívida obriga à austeridade e aos sacrifícios. Mas fica cada vez mais claro que essa austeridade, além de não ser para todos (os ricos continuam a fazer grandes lucros e os pobres mais sacrifícios), alimenta a recessão, não garante o pagamento da

dívida (cujos juros crescem constantemente) e obriga a novas medidas de austeridade, que vão gerar mais recessão.

Esta é a situação que a Grécia já vive hoje: aprofunda-se a recessão (-5% já em 2011) e a dívida do país continua a aumentar. É a

pior situação no país desde a 2ª guerra mundial. Apesar de todas as medidas de austeridade (já se coloca a hipótese da redução do salário mínimo de 600€ para 450€), está clara a impossibilidade da Grécia pagar a dívida. A troika já está, por isso, a discutir uma reestruturação da dívida grega, ou seja, aceitar que uma parte da dívida não seja paga, para garantir que o país continua a pagar a dívida aos credores internacionais. Ao mesmo tempo, cresce a “dívida social” grega, com o desemprego oficial nos 18,8% e a pobreza atingindo 20% da população. Expressão da catástrofe social em curso é o aumento do número de crianças abandonadas por motivos económicos e do número de suicídios.

Está claro que os sacrifícios e a austeridade que o governo nos pede não nos tiram da crise e, pelo contrário, levam-nos para o mesmo cenário de barbárie social que já vive a Grécia hoje.

Clara Sousa



## Medidas de emergência para um plano de resgate dos trabalhadores

1. Troika fora de Portugal! Retirada de todas as medidas de austeridade, rompimento do memorando da troika! Referendo sobre a presença da troika no país e as medidas de austeridade.
2. Suspensão imediata do pagamento da dívida! Canalização desses fundos para a criação de emprego, melhoria dos serviços públicos e das condições de vida da população.
3. Redução da jornada de trabalho sem redução de salário, redução da idade da reforma e um plano de obras públicas para gerar mais emprego.
4. Nacionalização da banca e empresas estratégicas (GALP, EDP, REN, PT) sem indemnização e sob controlo dos trabalhadores, focadas para um plano de investimento público da reativação dos setores produtivos da economia e da redução do preço do crédito, dos combustíveis e da energia.
5. Fim da precariedade: contratação dos trabalhadores a prazo e fim dos recibos-verdes!

## Suspender o pagamento da dívida para acabar o saque

Como vários analistas vêm afirmando, estamos a viver a pior crise mundial desde 1929, que só foi superada com a monumental destruição que a 2ª Guerra Mundial acarretou. Para a burguesia mundial não é possível conseguir uma saída para esta crise sem uma destruição de dimensões semelhantes através do aumento brutal da exploração e a queima de capitais (despedimentos e fecho de empresas).

O principal mecanismo deste roubo nos salários é o pagamento da dívida, para o qual se canalizam os impostos, os cortes nos salários e nos serviços públicos. Ou seja, toda a riqueza produzida pelos trabalhadores serve apenas para pagar aos bancos (alemães, franceses, espanhóis, portugueses), aos especuladores e aos grandes grupos económicos, que geraram a crise e que continuam a lucrar com ela.

### Renegociar o roubo?

Frente a esta situação, o PCP e o Bloco de Esquerda têm vindo a defender a reestruturação da dívida. Isto significa renegociar os juros e os valores do pagamento, mas sem deixar de pagar. Apesar de dizerem estar contra a austeridade e o roubo aos trabalhadores, PCP e BE defendem, assim, a renegociação do roubo, não para o parar, mas para o tor-

nar menos intenso, em nome do cumprimento dos “compromissos do país”.

Sabemos que esta dívida não é nossa, e por isso é injusta e indevida, e que o seu pagamento é por isso um roubo. Os compromissos que temos de cumprir são com os trabalhadores, os jovens, os reformados, e não com os patrões e banqueiros. Estes dois compromissos são incompatíveis. Ou rompemos com o pagamento da dívida e o saque que a minoria de ricos faz da maioria da população ou então estaremos a aceitar (consciente ou inconscientemente) o empobrecimento geral dos trabalhadores e a destruição do país, hipotecando o futuro dos mais jovens e a dignidade para os mais velhos.

### Força da mobilização

Ao plano de resgate dos banqueiros, temos por isso de opor o plano de resgate dos trabalhadores (ver medidas na caixa ao lado). Este resgate não terá apoio da burguesia e só pode ser levado a cabo contra ela, pela força da mobilização dos trabalhadores e dos jovens. A mobilização combativa é, por isso, a única forma de impor um plano de salvamento dos trabalhadores. As greves e manifestações que vêm ocorrendo, apontam o caminho que é preciso trilhar

para que não sejamos nós a pagar esta crise.

Por isso, é fundamental que a CGTP, PCP e BE, como principais forças política e sindicais à esquerda no país, se ponham à cabeça das mobilizações para impor a suspensão imediata do pagamento da dívida, a saída da troika do país e a implementação de um plano de resgate para os trabalhadores e o povo português. Que, no mesmo sentido, apoiem e impulsionem as mobilizações dos trabalhadores contra a austeridade e os movimentos, como a Plataforma 15 de Outubro, que têm a iniciativa na luta pela suspensão do pagamento da dívida.

### Luta europeia

E porque não estamos sozinhos nos ataques sofridos, é preciso unificar todos os polos de resistência a nível nacional e trabalhar para a unificação das lutas também a nível europeu. Porque os planos de Merkel e Sarkozy (com o apoio dos restantes governos da União Europeia) são um pacto de agressão aos trabalhadores e jovens europeus é preciso pará-los com uma resposta unitária e combativa de força do movimento de massas dos diversos países que, em conjunto, imponha a derrota da UE e seus planos de austeridade. **C.S.**



## Há espaço para um novo partido à esquerda?

Olhando para 2011 constatamos que o mundo está a mudar. Se há um ano nos dissessem que revoluções acabariam com as velhas ditaduras do norte de África, acreditaríamos?

E se nos dissessem que o euro podia acabar? E se soubéssemos que um protesto convocado no Facebook, sob o nome "Geração à Rasca" ia trazer 300 mil pessoas à rua, levaríamos a sério? Provavelmente não.

Porém, quando nós, do Ruptura/FER, saímos do Bloco de Esquerda para formar um novo partido, alguns trabalhadores e ativistas mostraram-se céticos.

Muitos compreendem as insuficiências da esquerda, porém duvidam que um novo partido possa vingar.

As mudanças atuais no mundo são revolucionárias. A economia capitalista encontra-se numa crise profunda, milhões percebem que este sistema só traz miséria e desemprego. As suas instituições como o FMI e a UE, antes ditas humanitárias, são

hoje máquinas de saquear os povos.

### Esquerda bem-comportada

Perante isso, BE e PCP não têm uma resposta à altura. O PCP vive amarrado ao passado estalinista. Incapaz de romper com ditaduras sanguinárias como a chinesa e a norte-coreana. Mantém um regime burocrático, sem democracia

interna, tanto no partido como nos sindicatos que controla e na CGTP. No movimento sindical evita as lutas ou dirige-as para negociações nas costas dos trabalhadores. Ao longo dos anos "poupou" inúmeros governos, através deste controle.

O BE não se opõe a este controle das lutas, pelo contrário. O seu projeto é parlamentar, como oposição de esquerda "bem comportada". Por isso, votou a favor do empréstimo à Grécia que cobriu a entrada da troika neste país. Por isso alia-se com o PS, como fez nas últimas presidenciais e na Câmara Municipal de Lisboa. Para o fazer adotou um funcionamento antidemocrático e abdicou do seu pluralismo inicial.

A decadência destes partidos tem resultados trágicos: perante a guerra social declarada pela troika e pelo governo, estes partidos recusam-se a unir a esquerda e dizer que a dívida não é dos trabalhadores e que o seu pagamento deve ser suspenso.

### O que faz falta

Nós acreditamos que faz falta um partido que diga o contrário: que a dívida deve ser suspensa e que a esquerda se deve unir. Um partido que não se resuma ao parlamento, mas que prepare um novo 25 de Abril.

O ano de 2011 provou essa necessidade. Todas as grandes

revoltas, desde o Egito à Grécia, dos Indignados à Geração à Rasca, se deram sem o auxílio dos velhos partidos. As pessoas procuram respostas por fora da democracia capitalista e por isso repudiam os partidos atrelados a ela. Mesmo os de esquerda. Mas organizam-se e procuram respostas, daí surgem os vários movimentos que promovem protestos e têm uma dinâmica "anti-sistema".

Esses movimentos, embora altamente progressivos, não chegam. É preciso uma alternativa estratégica. Não basta ser indignado, é preciso ser revolucionário. Não chega ser anticapitalista, é preciso uma alternativa socialista. Não bastam as redes sociais e as assembleias populares, é preciso um partido.

À falta de melhor, parte dos eleitores têm procurado alternativas, votando em candidatos e partidos extra-parlamentares, como Nobre e Coelho nas presidenciais, ou o PAN, o MRPP, o PTP ou outros noutras eleições em 2011. Mas estes partidos não chegam, por diversos motivos.

Propomos aos trabalhadores e à juventude de esquerda que nos deem também uma oportunidade. Provavelmente 2012 será um ano de grandes mudanças. Serão necessárias alternativas para lutar, para que não sejam os de baixo a pagar pela crise. Nós seremos uma delas.

**Manuel Afonso**

## Ruptura/FER inaugura sede em Braga



Gil Garcia, Joana Machado e Sofia Rajado, no debate.



Plano da inauguração da nova sede com a presença de vários ativistas do 15.O de Braga.

No dia 8 de Janeiro deste ano inaugurou-se a sede do Ruptura/FER na cidade de Braga. Esta inauguração é um passo fundamental para a organização do novo partido que está a ser formado. Numa altura em que o descontentamento popular é cada vez mais forte, e as lutas são cada vez mais frequentes e têm maior intensidade, eram necessárias melhores condições materiais para realizarmos um trabalho político mais eficiente na luta contra a austeridade levada a cabo pela ditadura "troikiana".

A inauguração começou com um debate sobre os novos movimentos sociais, conhecidos como "Indignados", que no dia 12 de Março e 15 de Outubro trouxeram uma nova dinâmica de contestação e reivindicação ao panorama político. O debate foi aberto pelas intervenções de Daniel Martins, que participou na acampada de Barcelona, e Sofia Rajado, integrante da Plataforma 15 de Outubro, em Lisboa.

Para além de militantes do Ruptura/FER de Lisboa e Coimbra, o debate contou tam-

bém com a presença de vários ativistas do 15.O de Braga e elementos do coletivo estudantil AGIR. O debate centrou-se na importância que tiveram estes movimentos sociais durante o ano de 2011, que, por fora do controlo das direções tradicionais (CGTP, PCP e BE), imprimiram uma dinâmica de luta que os transformou no grande polo popular de resistência às políticas de saque impostas por Sócrates (levando à queda deste), Passos Coelho e Troika. Em várias intervenções foi enfatizada a necessi-

dade de fortalecer esses movimentos, fundamentais para a continuidade da luta.

No seguimento da discussão contamos com a presença de Gil Garcia, dirigente do Ruptura/FER, que falou sobre a inépcia demonstrada pelo PCP e BE relativamente aos sucessivos ataques que o povo tem sofrido. Ambos os partidos não têm assumido uma verdadeira política anticapitalista, mas limitam-se a defender a renegociação do pagamento da dívida pública, isto é, a renegociação do saque.

Gil mencionou, ainda, a falta de um movimento de alternativa socialista que congregue os ativistas que têm estado nos movimentos sociais de contestação e que não se sentem representados pelos partidos de esquerda parlamentar. A inauguração desta sede foi mais um passo na construção dessa nova força. Só suspendendo o pagamento da dívida será possível ter dinheiro para retomar o crescimento da economia, gerar emprego e romper a crise do capitalismo. **Vasco Fernandes e Pedro Castro**



# Há solução para a crise da dívida no quadro da UE e do euro?

A resposta da União Europeia (UE) à crise da dívida põe cada vez mais a nu o seu verdadeiro carácter. Após cada cimeira decide sempre o mesmo: dogmatismo orçamental e austeridade, para acalmar “os mercados”

O ano de 2012 inicia-se sob o efeito das ondas de choque da crise das dívidas soberanas com que terminou 2011, e traça, para os povos de toda a Europa (inclusive dos países imperialistas mais fortes, como a Alemanha e a França) um cenário de austeridade e empobrecimento crescentes. Entretanto, os grandes da UE reúnem-se, cimeira após cimeira... Para quê?

A resposta da UE à crise da dívida põe cada vez mais a nu o seu verdadeiro carácter. Após cada cimeira decide sempre o mesmo: dogmatismo orçamental e austeridade, para acalmar “os mercados”. A cimeira de Dezembro de 2011, em plena turbulência da crise da dívida, teve como resultado o acordo da maioria dos estados (com a exceção solitária do Reino Unido) para um novo tratado intergovernamental, a ser assinado em Março, que tem como ponto fulcral o aumento da vigilância da Comissão Europeia sobre os países quanto ao défice, à dívida, à produtividade, etc.

A UE pretende apertar o torniquete sobre os orçamentos nacionais, que passam a ficar sujeitos à apreciação e “recomendações” da Comissão. Na prática, é uma censura prévia à ação dos parlamentos nacionais. O parlamentarismo burguês e o que resta de soberania de cada país são rapidamente descartados, sem contemplações. Isto foi aliás o que também ficou demonstrado aquando da indignação em novembro passado, à revelia de qualquer processo eleitoral, dos primeiros-ministros da Grécia e da Itália, Lucas Papademos e Mário Monti, dois homens-de-mão da UE.

## Balanço de 10 anos do euro

De acordo com esse novo tratado os desequilíbrios orçamentais poderão levar a “ações corretivas” sobre os estados que irão até às multas financeiras (de 0,2 a 0,5 % do PIB!). Tudo isto em nome da salvação do euro. Mas, que balanço podemos fazer dos dez anos de moeda única em Portugal? Se apenas compararmos esta década com o quinquénio anterior, verificamos que:

A taxa de crescimento do PIB caiu dez vezes e a taxa de exportações caiu duas vezes – consequências da destruição do aparelho produtivo;

O consumo privado caiu quatro vezes e o consumo público três vezes – resultado da diminuição dos rendimentos da população devido aos aumentos dos preços e dos impostos;

O endividamento externo explodiu, mas não para adquirir bens (equipamentos e maquinaria) que apoiassem o investimento produtivo nacional; aliás, foi a Alemanha quem aumentou o seu domínio económico sobre o país, tendo sido por cinco vezes o maior investidor estrangeiro em Portugal.

Como corolário desta catástrofe económica Portugal tornou-se no campeão dos baixos salários e das desigualdades sociais. Ora, não consta que alguma vez a Comissão Europeia tivesse assumido qualquer ação corretiva para colocar os salários dos portugueses ao nível dos outros trabalhadores europeus, ou travar as desigualdades sociais...



## UE e fuga de capitais

Entretanto, dignos membros do clube do euro, como a Holanda, revelam claramente a sua face de plataformas de apoio ao capital. O regime fiscal deste país fez dele um paraíso para os capitalistas que querem fugir aos impostos nos seus países de origem e internacionalizar-se em condições favoráveis. Nas últimas semanas ficámos a saber que 19 das maiores empresas portuguesas mudaram as suas sedes para a Holanda. Numa situação de crise nacional, os capitalistas portugueses e os seus comendadores passam-se de malas e bagagens para os paraísos fiscais – eis a sua bela contribuição para a saída da crise!

As consequências desta fuga de capitais podem ser ruinosas para a nossa economia, como o sabe qualquer estudante universitário. Mas que faz a Comissão Europeia para travar esta sangria?... Nada! Como acreditar que ela teve ou terá alguma vez um papel positivo numa saída para a crise?

Ana Paula Amaral e J. A. Dias

# As falsas soluções dos eurobonds...

Apesar da experiência de anos de integração europeia e de vigência do euro, há setores da esquerda em Portugal, como o Bloco de Esquerda, que defendem saídas para a crise no quadro da UE, propondo em particular a emissão de eurobonds (títulos de dívida emitidos e garantidos pelo conjunto dos países da zona euro e em condições iguais para todos) e/ou empréstimos diretos do BCE aos estados (com juros mais favoráveis que os do mercado).

Os eurobonds seriam como que a assunção “solidária” das dívidas soberanas de cada estado, com juros que se revelariam mais favoráveis aos estados mais fracos (os PIIGS) do que aos imperialismos mais fortes (Alemanha e França), visto que estes iriam pagar juros mais altos do que os atualmente praticados no mercado. Como (ainda) são economias fortes, os especuladores não os penalizam tanto. Por outro lado, os eurobonds só teriam sustentabilidade se a economia da UE crescesse no seu conjunto e de maneira equilibrada.

Ora, quem defende esta solução esquece-se que a UE assenta justamente numa relação profundamente desigual entre os países imperialistas do eixo franco-alemão e os restantes, e que as economias alemã e francesa têm crescido à custa da destruição das outras. É óbvio que nem a Alemanha e a França querem encarecer os seus orçamentos com juros mais altos do que os atuais, nem querem ajudar os PIIGS a relançar os seus aparelhos produtivos, sob pena de prejudicarem as suas próprias exportações.

# ...e dos empréstimos do BCE

Quanto aos empréstimos diretos do BCE aos estados, são os próprios tratados fundadores da UE que o impedem, “para não falsear a concorrência” (ver tratado de Maastricht). Na verdade, esta orientação destina-se a impedir os apoios financeiros estatais aos serviços públicos, numa lógica de privatização que todos nós conhecemos. Por isso, o BCE tem podido emprestar aos bancos privados a juros baixos, mas, se eventualmente emprestasse aos estados nas mesmas condições, criaria um precedente que levaria os governos a relaxarem o “garrote orçamental” e a recorrer ao BCE para financiarem serviços públicos ou quando se vissem em aflições... O que contraria toda a lógica da UE.

Acreditar que no quadro da UE pode haver inter-ajuda entre as diversas burguesias e uma conciliação de interesses entre os capitalistas e os trabalhadores é alimentar uma ilusão perigosa, que desarma a classe trabalhadora e a juventude na sua luta por uma Europa livre da miséria e da exploração.



A. P. A. e J. A. D.



# Cimeiras europeias: quando a montanha pariu um rato

Criaram-se muitas expectativas em vários países europeus, inclusive em Portugal, de que a cimeira dita histórica da União Europeia (UE) de 8 e 9 de Dezembro iria apresentar soluções capazes de resolver a crise económica que ameaça levar toda a zona euro a mais uma recessão.

Apesar de uma curta acalmia dos mercados durante o mês de Dezembro, a situação na Europa continua a agravar-se, e os principais dirigentes europeus continuam divididos e incapazes de encontrar uma solução que permita, ao menos, estancar a crise.

Criaram-se muitas expectativas em vários países europeus, inclusive em Portugal, de que a cimeira dita histórica da União Europeia (UE) de 8 e 9 de Dezembro iria apresentar soluções capazes de resolver a crise económica que ameaça levar toda a zona euro a mais uma recessão. Uma crise que está a atingir com particular intensidade os países ditos periféricos, nomeadamente Portugal, Grécia, Irlanda, Itália e Espanha, submetidos, em diferentes graus, a uma selvagem política de austeridade.

Falou-se muito, em particular, na adoção dos chamados eurobonds e num papel mais ativo do Banco Central Europeu (BCE), mas a Alemanha opôs-se com grande veemência e conseguiu levar a sua proposta avante, tendo mesmo logrado impor um compromisso de disciplina orçamental, mas sem incluir soluções para o problema da dívida soberana a curto prazo.

A grande questão que se colocava era saber se as resoluções dessa cimeira seriam suficientes para travar a escalada dos juros da dívida pública dos países periféricos (incluindo agora, embora em menor escala, também a Bélgica), que, no caso da Itália, ultrapassaram, em diversos dias, a barreira psicológica dos 7% em vários prazos e que ameaçam asfixiar economicamente esses países. Vários economistas burgueses mostraram dúvidas a esse respeito, mas a prova de fogo residia na reação dos mercados financeiros.

O mês de Dezembro até havia começado com uma baixa dos juros da dívida pública, essencialmente devido a uma ação concertada de vários bancos centrais, incluindo o BCE e a Reserva Federal norte-americana, o que injetou liquidez nos



mercados. Já depois da cimeira, o BCE concedeu empréstimos maciços (mais de 500 mil milhões de euros) a dezenas de bancos europeus a juros baixos (1%, o que contrasta com a taxa de juros superior a 4% dos pacotes de ajuda a Portugal, Grécia e Irlanda, mostrando bem quem são os verdadeiros donos do sistema), o que de alguma forma se refletiu numa baixa dos juros de alguns países, sobretudo a Espanha e a Bélgica, isto para além de outras medidas como, por exemplo, a descida da taxa de juro de referência para 1%. Ainda assim, os juros dos títulos da dívida pública a 10 anos (prazo considerado de referência nos chamados mercados secundários) da Itália nunca desceram muito abaixo dos 6,5%.

### O volte-face em janeiro

Sucede que, no mês de janeiro, essa acalmia começou a regredir e, embora os juros não tenham ainda alcançado os picos que registaram em Novembro, a verdade é que os juros dos títulos da dívida pública da Itália voltaram a subir e a ultrapassar os 7% em vários prazos, situação perfeitamente insustentável por muito tempo.

Esse facto já está a provocar consequências políticas.

O novo primeiro-ministro italiano, Mário Monti, que tal como o seu colega grego chefia um governo de tecnocratas “apolíticos” (como se isso existisse) e foi apresentado como aquele que iria convencer os mercados e cuja missão seria impor (ainda mais) austeridade, já veio afirmar que a situação não se resolve sem uma solução europeia.

Surgiram também rumores, não desmentidos, de que se prepara, sob a batuta da Alemanha, um novo acordo que permitirá um perdão de 75% da dívida grega em troca de ... mais um programa de austeridade com a receita clássica de mais impostos e cortes no setor público. Porém, a capacidade do governo grego (chefiado por um antigo banqueiro), mesmo que de “ampla coligação” (socialistas, conservadores e extrema direita), de impor mais sacrifícios ao seu povo está a esvaír-se rapidamente, graças à luta das massas, o que está a provocar sérias preocupações na burguesia internacional. Prova disso é a desobediência cada vez mais generalizada à cobrança do novo imposto sobre a propriedade que o governo pretendia recolher juntamente com a fatura da eletricidade (sob a ameaça de corte desta). A situação é de tal maneira grave que o próprio Fundo Monetário Internacional, segundo relatos da imprensa internacional, já está a perder a “confiança” na capacidade do governo grego de cumprir o programa da troika.

Em suma, podemos dizer que a situação na Europa é extremamente volátil, com evoluções muito rápidas, mas que apresenta alguns traços comuns: continuação e agravamento da crise nos mercados da dívida pública; substituições dos governos que não cumpriram as legislaturas até ao fim (no ano passado, houve mudanças nos governos de Portugal, Espanha, Irlanda, Itália e Grécia, antes do fim dos respetivos mandatos) e intensificação, embora com ritmos diferentes conforme os países, da luta das massas.

C.K.

## União Europeia financia terrorismo israelita e Universidade de Coimbra é cúmplice

Em nome do combate aos radicalismos e ao “terrorismo”, a União Europeia financia pretensas investigações académicas que mais não são que instrumentos de branqueamento da política de colonização israelita.

Em 2005, com a ajuda de especialistas americanos de marketing, Israel iniciou uma campanha internacional de branqueamento da ocupação israelita denominada “Brand Israel” (“Marca Israel”), com o objetivo de divulgar a imagem de um país moderno, amante da cultura e tolerante para com as suas minorias. Neste âmbito, são promovidos desde os festivais internacionais de cinema e de música até campanhas de promoção de turismo para gays.

Infelizmente, os muitos milhões de dólares canalizados para essa campanha têm conseguido aliciar artistas, académicos e personalidades diversas, incluindo de Portugal. É o caso, por exemplo, da atleta Rosa Mota, que aceitou inaugurar a maratona de Jerusalém de 2011, convidando o público a visitar esta cidade “muito especial”, omitindo qualquer alusão ao que torna essa cidade realmente especial: a tentativa do governo e dos colonos israelitas de expulsar a médio prazo todos os seus habitantes árabes, através da expropriação de terrenos e da demolição de casas. E é o caso de inúmeros institutos e faculdades portuguesas que não resistem às generosas ofertas de subsídios para estabelecer cooperações “apolíticas” com outros institutos israelitas.

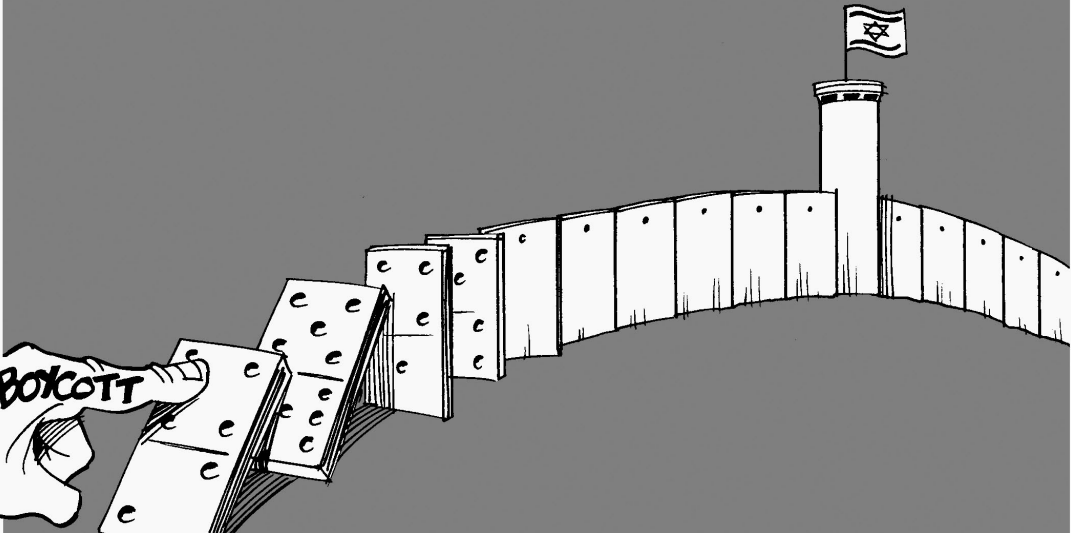
### Universidade de Coimbra deve cancelar projeto

O Comité de Solidariedade com a Palestina escolheu recentemente um desses projetos pseudo-científicos como alvo da sua atuação BDS (campanha internacional de Boicote, Desinvestimento e Sanções contra o Estado de Israel). A instituição em causa é a faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra, empenhada neste momento em desenvolver um projeto com a International Security and Counter-Terrorism Academy (ISCA), um complexo militar-industrial israelita especializado em “anti-terrorismo”, situado no coração da história mais sanguinária de Israel.

Este projeto é custeado pelos contribuintes europeus, através do programa de financiamento de pesquisa FP7, no âmbito do projeto Scientific Approach to Fighting Radical Extremism (SAFIRE). Segundo os seus promotores, o “objetivo de SAFIRE é de melhorar uma compreensão fundamental dos processos de radicalização e utilizar essa compreensão para desenvolver princípios que melhorem (a implementação) de intervenções para prevenir, travar e reverter a radicalização”. Um discurso eufemista para designar a luta contra a resistência palestina à ocupação e, de uma maneira mais geral, contra o chamado “islamismo”.

Em nome do combate aos radicalismos e ao “terrorismo”, a União Europeia financia portanto pretensas investigações académicas que mais não são que instrumentos de branqueamento da política de colonização israelita. Há mais do que uma universidade portuguesa atraída pelos fundos que apoiam esse branqueamento, mas é esse projeto em particular da Universidade de Coimbra que estruturará nos próximos tempos a nossa ação de solidariedade para com o povo da Palestina.

**Elsa Sertório** (Membro do Comité de Solidariedade com a Palestina)



## Algumas vitórias da campanha BDS

No entanto, se, como foi dito, os esforços de propaganda de Israel e dos seus amigos norte-americanos e europeus têm surtido efeitos a seu favor, não é menos verdade que a campanha BDS, implementada em 2005, também tem conseguido êxitos cada vez mais frequentes ao longo destes anos a nível internacional.

Foram numerosas as vitórias alcançadas pelos ativistas BDS em 2011. Músicos de renome cancelaram os seus concertos programados em Israel e aderiram à campanha anti-apartheid, como foi o caso de Jon Bom Jovi, Vanessa Paradis e Johnny Depp, Roger Water, fundador dos Pink Floyd, Peter Seeger, Natacha Atlas, Martha Frintziler da Grécia, o famoso Eddie Palmieri de Porto Rico, Jason Moran e o Festival de Jazz do Mar Vermelho. Estes são apenas alguns dos nomes daqueles que nos últimos meses souberam recusar os altos cachets oferecidos pelo governo israelita.

Podemos orgulhar-nos de, também em Portugal, termos alcançado vitórias em 2011. Foi o caso da campanha dirigida a Dulce Pontes, que acabou por cancelar a sua atuação em Telavive, embora a cantora não tenha assumido publicamente um significado político do cancelamento. Neste momento, os mesmos esforços estão a ser feitos para que outra cantora portuguesa, Ana Moura, desista de atuar em Israel no próximo dia 19 de janeiro, para que não mostre “indiferença ao fado do povo palestino”, como dizem os nossos companheiros da Campanha Irlandesa de Solidariedade com a Palestina, um fado que “sob a ocupação israelita inclui a expropriação, colonização, prisão sem julgamento, tortura, cerco (no caso de Gaza), privação das necessidades básicas a uma vida decente e a permanente ameaça de agressões ou assassinatos por soldados e colonos”.



# Janeiro de 1912: a rutura dos bolcheviques

A Conferência de Praga de janeiro de 1912 foi a sexta conferência do partido, fundado em 1898, e que seria supostamente mais uma, mas que ficou marcada pela cisão entre os Bolcheviques e o resto do partido social-democrata russo para formar um partido unicamente Bolchevique.

Faz este mês cem anos da realização da Conferência de Praga do Partido Operário Social-Democrata Russo (POS-DR), realizada entre 5 e 17 de Janeiro de 1912. Esta foi a sexta conferência do partido, fundado em 1898, e que seria supostamente mais uma, mas que ficou marcada pela cisão entre os Bolcheviques e o resto do partido para formar um partido unicamente Bolchevique.

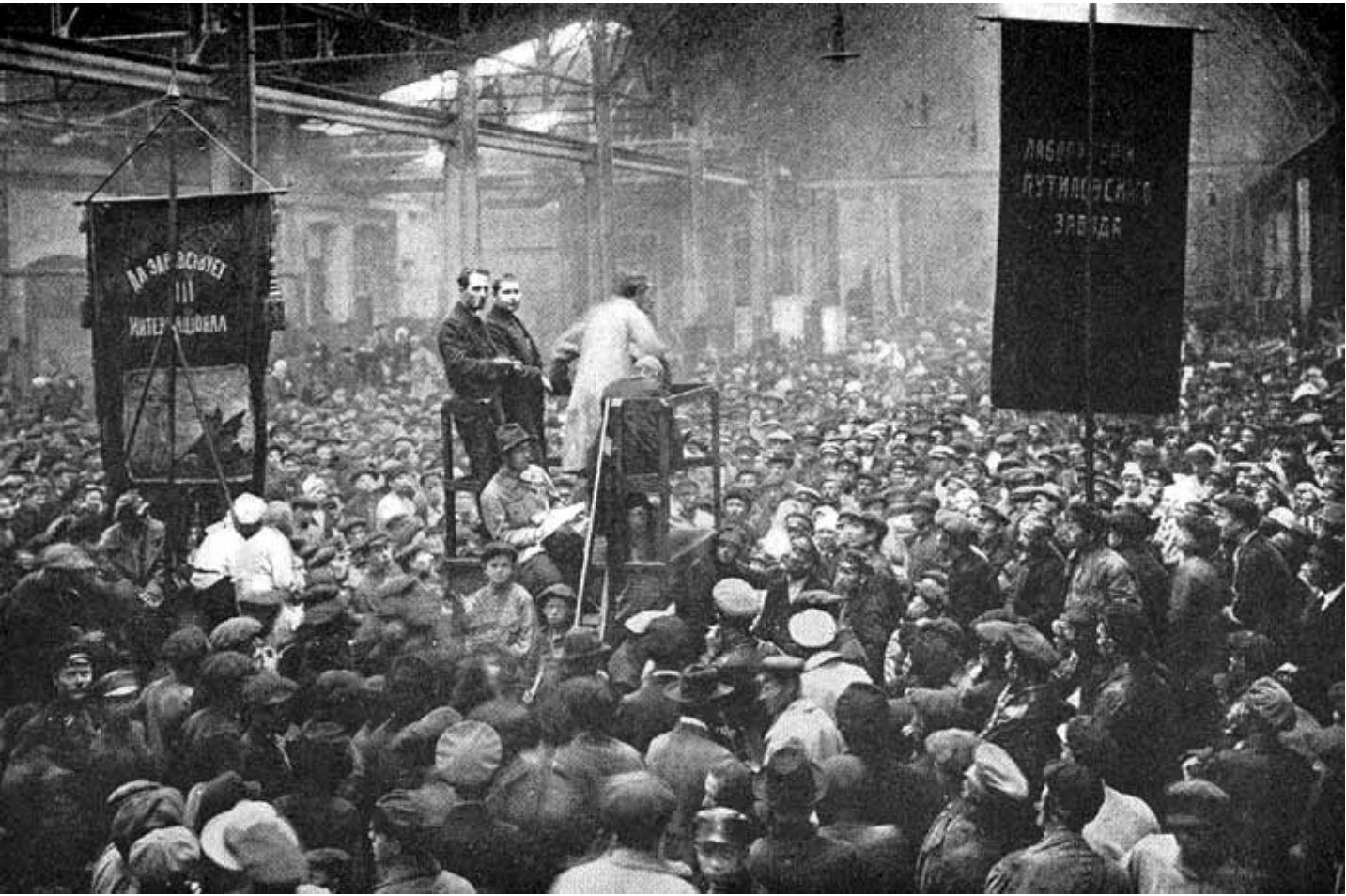
## A origem

As primeiras divergências surgiram no II Congresso do POSDR, realizado em 1903, e em que a aprovação do programa, estatutos do partido e eleição dos dirigentes eram as mais importantes questões. O congresso aprovou por unanimidade o programa do partido, mas no decurso das discussões sobre os seus estatutos travou-se uma luta aguda quanto à questão dos princípios organizativos.

Lenine e os seus partidários lutavam pela criação de um partido revolucionário combativo e consideravam que os estatutos deviam dificultar a adesão de elementos instáveis e vacilantes, enquanto que Mártov defendia uma maior flexibilidade. A posição de Martóv foi aprovada “à justa” por uma maioria relativa, recebendo o apoio não só dos “anti-iskristas” e do “centro”, mas também dos “iskristas” brandos.

A designação de “iskristas” refere-se ao grupo que se reunia em volta do jornal Iskra (“Fáisca”), que era o órgão oficial do POSDR e foi inicialmente dirigido por Lenine. Mais tarde, Lenine, no seu trabalho Um passo em frente, dois passos atrás, dividiu o congresso em “iskristas” da maioria, “iskristas” da minoria, “centro” e “anti-iskristas”, caracterizando os diferentes grupos como, respetivamente, sociais-democratas revolucionários consequentes, pequenos oportunistas, oportunistas médios e grandes oportunistas.

Assim, nesse congresso deu-se a divisão entre os partidários consequentes da orientação iskrista, leninistas, e os iskristas brandos partidários de Mártov, uma separação causada sobretudo devido a questões de organização, e não tanto devido a questões de programa ou de tática. Os partidários da orientação leninista obtiveram a maioria dos votos durante as eleições dos organismos centrais do partido e passaram a ser denominados bolcheviques (da palavra russa bolchinstvó, que significa maioria), enquanto que os segundos, que obtiveram a minoria, receberam a denominação de mencheviques (da palavra russa menchinstvó, que significa minoria).



## A divisão

Para além das divisões dentro do partido, havia condições objetivas na Rússia czarista que apressavam a cisão. Desde 1910 que o movimento operário havia despertado na Rússia, com os estudantes a fazer manifestações, seguindo-se, em 1911, greves de 100.000 operários, subindo este número até 400.000 no 1º de Maio.

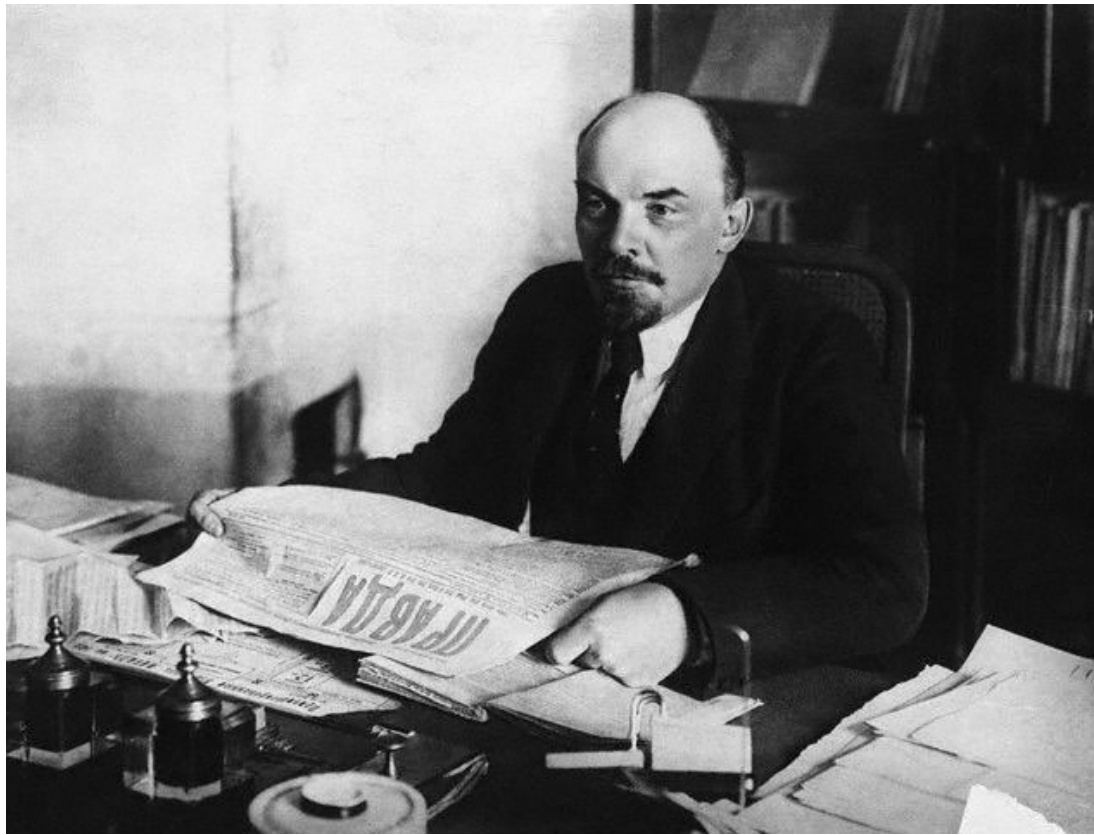
Já em Abril de 1912, o massacre do Lena, em que as tropas czaristas abriram fogo sobre grevistas das minas de ouro na Sibéria que exigiam melhores condições de trabalho (trabalhavam quinze a dezasseis horas por dia, e por cada mil trabalhadores existiam cerca de 700 acidentes traumáticos), resultou na morte de 150 mineiros e ferimentos em mais 250. Devido a estes incidentes o movimento operário radicalizou-se, e Lenine, que até então tinha aceite a unidade (formal, mas não real) do partido, mudou de atitude, pois acreditava que momentos revolucionários se avizinhavam e apenas um partido fortemente estruturado estaria preparado.

Assim, na Conferência de Praga, os bolcheviques expulsam os mencheviques do partido, sob acusação de trai-

ção ao movimento operário e por quererem transformar o partido num novo partido reformista, e recomendam a criação de “núcleos sociais-democratas ilegais rodeados de uma rede tão extensa quanto possível de associações operárias legais”. O primeiro Comité Central do partido era composto por Vladimir Lenine, Grigory Zinoviev (conhecido por liderar a Internacional Comunista durante um longo período), Roman Malinovsky (operário metalúrgico, e que mais tarde se revelou ser um espião da Okhrana, a polícia secreta do Czar), Grigory Ordzhonikidze, Spandaryan (ambos georgianos), Goloshchekin e Yakov Sverdlov (dirigente do Congresso de todos os Sovietes Russos de 1917 a 1919, órgão máximo de governação da União Soviética). Estaline, que não compareceu ao congresso porque estava exilado, é também eleito para o Comité Central.

**Diogo Lourenço**

Pierre Broué. El Partido Bolchevique, Volume 1. Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann.  
V.I.Lenine. Obras Escolhidas, Tomo 1. Edições Avante, 1977.  
[http://en.wikipedia.org/wiki/Prague\\_Party\\_Conference](http://en.wikipedia.org/wiki/Prague_Party_Conference)  
[http://en.wikipedia.org/wiki/Lena\\_massacre](http://en.wikipedia.org/wiki/Lena_massacre)



## Um novo tipo de partido

Mas a tarefa principal dos bolcheviques não era a cisão com os mencheviques, mas sim a criação de um novo tipo de partido, sem elementos oportunistas e que fosse capaz de liderar o proletariado na luta pelo poder. Um novo tipo de partido diferente dos partidos sociais-democratas europeus, que se tinham tornado uma mistura de amigos e inimigos da revolução, que tinham degenerado de partidos que defendiam uma revolução social para partidos de reformas sociais, presos aos seus grupos parlamentares.

A implementação do novo partido, que manteve o nome do anterior acrescentando a palavra Bolcheviques entre parênteses, exigiu muito trabalho e dedicação, mas foi bastante eficaz, como se pode comprovar pelas palavras do chefe da polícia czarista, que, no ano de 1913, afirmava: “Na atualidade existem círculos, células e organizações bolcheviques em todas as cidades. Mantêm contacto permanente com quase todos os centros industriais (...)”.

Um aspeto decisivo para a constituição do novo partido foi a publicação do jornal Pravda, cujo primeiro número é de Maio de 1912, sendo proibido passados apenas 40 dias. Outro elemento também muito importante foram os escritos de Lenine, tais como Que fazer?, Um passo em frente, dois passos atrás; Duas táticas da social-democracia na revolução democrática, Materialismo e empirocriticismo, etc., que deram suporte teórico ao novo partido bolchevique.

Em Outubro de 1917, o partido bolchevique liderou a revolução que derrubou o governo e decretou um governo socialista na Rússia. Muito provavelmente, sem a cisão com os mencheviques em 1912 não teria tido condições, nem estaria preparado para o fazer.

**D. L.**



# Com quantas crises se faz uma revolução?

Com a crise económica, a "Primavera Árabe" e a Guerra Social na Europa, estamos a viver as maiores transformações sociais desde a queda do Muro de Berlim, mas para que direção apontam essas mudanças?

Semelhante ao período da Queda do Muro de Berlim, uma mudança histórica se anuncia, embora o sentido e a dinâmica das transformações sejam ainda bastante incertos. Mas, diferente daquele período, é no coração do capitalismo que está o epicentro da turbulência mundial. Estamos vivendo uma nova situação internacional caracterizada pela combinação de três tipos de crise: crise económica global, crises políticas e crise do imperialismo.

## Quem está em crise?

Quando se fala atualmente da crise económica, do que exatamente está se falando? Depois de tantas idas e vindas, quais setores da economia efetivamente estão em crise? Crise económica, grosso modo, é a interrupção do processo de acumulação do Capital, quando não se consegue obter lucro com os novos investimentos.

Com o início da crise imobiliária, em 2008, o setor bancário americano quebrou e levou consigo o mercado financeiro mundial. Neste momento, a crise se tornou global, atingindo todos os setores da economia e todos os países, resultando numa recessão económica em 2009. O PIB dos países centrais (EUA, Japão e Zona do Euro) caiu para -3,5%, e o PIB mundial também sofreu uma queda de -0,7%, só não sendo mais acentuada em função da

manutenção do crescimento na China (9,2%) e Índia (6,8%), contrariando a tendência mundial.

Iniciou-se a pior crise económica desde a depressão de 1929. Uma crise de superprodução agravada por uma brutal crise financeira. O início de um longo período de decadência da economia imperialista, que pode durar de 15 a 20 anos, e ser marcado por crises fortes e recuperações lentas, com uma ameaça sempre presente de uma nova depressão.

## Suspiro da recuperação...

Em 2010, começou o suspiro, com os primeiros sinais de recuperação da atividade económica. Mais uma vez, China e Índia ocuparam um papel de destaque, ambos crescendo cerca de 10%, acompanhados também pelo Brasil, que cresceu 7,5%. Embora com ritmo menor, os países centrais também recuperaram parte da atividade económica, crescendo em média 3%, mesmo nível dos EUA e um pouco menor do que Alemanha (3,6%) e Japão (4,0%).

No caso da China, a manutenção do crescimento se deveu a incentivos públicos destinados à "burguesia costeira" (setores exportadores), investimentos em indústrias de aço e cimento e pressão pelo não cumprimento da Nova Lei do Trabalho, aprovada em 2007. No caso do Brasil, a retomada do PIB foi proporcionada pelo endividamento dos trabalhadores.



mento dos trabalhadores.

Foi nos países centrais, no entanto, que a situação se tornou mais grave e mais complexa. Nos EUA e na Zona Euro, as empresas conseguiram inverter a dinâmica de queda de seus lucros. Dois aspetos são determinantes para compreender isso. No caso do mercado financeiro, o óbvio: os planos de salvamento aos bancos produziram a maior transferência de recursos públicos para o setor privado na história. Com eles, o mercado financeiro ganhou fôlego novo e, em 2010, o volume de ativos financeiros já era 10 bilhões de dólares a mais do que em 2007, ano anterior à crise (Instituto McKinsey. "Mapeamento do Mercado Global de Capitais", agosto de 2011, p. 2). (...)

## ... e da regressão social

O desemprego, por sua vez, saltou de 5,8 para 9,6% entre 2008 e 2010, mas ele ficou ainda maior entre a população negra (de 10 para 16%), latinos (de 7,5 para 12,5%) e mães solteiras (de 8% para 12,3%), setores tradicionalmente marginalizados e uma das principais bases eleitorais do governo Obama. No caso europeu, a situação é semelhante: aumento do desemprego (de 7,6 para 10%), retração dos salários e inúmeros cortes sociais e de direitos trabalhistas.

O diferencial é que, na Zona Euro, está muito mais difícil administrar a dívida pública do que nos EUA. Em síntese, 2010 foi um ano de grande regressão social para a classe trabalhadora mundial, principalmente europeia e norte-americana. A taxa de desemprego levou

esses países a se assemelharem a América Latina, o que possibilitou a leve recuperação de suas respectivas economias, quer por vias diretas (aumento da exploração do trabalho), quer por vias indiretas (endividamento público e redução da rede de proteção social).

Mas, mesmo com o crescimento na taxa de lucros, as grandes empresas não retomaram em grande escala os investimentos. O grau de ataque aos trabalhadores ainda está longe de ser o suficiente para garantir uma nova fase de crescimento do capitalismo.

Para abrir a perspectiva de uma saída da crise, o Capital assume uma guerra social contra o proletariado. (...) **Daniel Romero**, do Instituto Latino Americano de Estudos Sócio Económicos (Ilaese) [www.ilaese.org.br/](http://www.ilaese.org.br/)

## Da regressão social às revoluções e à resistência

Felizmente, 2010 terminou mais cedo do que de costume, mais precisamente em 18 de dezembro. No dia seguinte, ocorreu na Tunísia, a primeira grande manifestação contra o desemprego e o aumento do custo de vida no país. O desenrolar dos acontecimentos instalou uma nova fase da crise, transformando-a em crise política.

No norte da África surgiram as primeiras grandes vitórias dos trabalhadores desde o início da crise económica, com a derrubada de três governos aliados do imperialismo.

Em várias cidades do mundo surgiram praças Tahrir e uma explosão de lutas sociais de todos os tipos varreu o mundo ocidental, aumentando a resistência da classe trabalhadora frente aos planos neoliberais. A

Grécia viveu seguidas greves gerais, que se estenderam para Espanha, Portugal e Inglaterra. O movimento dos indignados expressou a radicalização da juventude, de largas camadas da classe média e do proletariado sem perspectivas de manter seu nível de vida. Occupy Wall Street marcou o início de mobilizações populares nos EUA e se transformou em "Ocupe os EUA".

A reação dos trabalhadores e da juventude nublou ainda mais o panorama económico. A necessidade de impor os planos económicos de austeridade se transformou em crise política. E isso terminou por agravar a crise económica: o ensaio de recuperação económica foi substituído por sinais claros de uma nova recessão. (...) **DR**

## Quais são as alternativas?

Quando as grandes crises económicas do Capital também se tornam grandes crises políticas dos governos e dos regimes burgueses, o confronto entre Capital e trabalho resulta em quatro tipos de saídas históricas: contra-revolução, reformas sociais, contra-reformas ou revoluções. A contra-revolução foi largamente utilizada, quer pelo nazi-fascismo na Europa a partir dos anos 1920, quer pelas ditaduras militares na América Latina durante quase todo o século 20. (...) A implementação e expansão de reformas sociais foi a alternativa do Capital para sair da crise de 1929 nos EUA e conter a ameaça da revolução social no fim da Segunda Guerra Mundial.

### Mudar as estações

Com a crise da dívida pública na Europa e a guerra social em

curso, mais uma vez estamos diante de crises históricas. A sua solução não cabe mais nos salões estreitos das reuniões do G20, o seu desfecho será nas praças europeias. O projeto da burguesia já está desenhado: completar a privatização do Estado iniciada em 1980, aprofundando as contra-reformas neoliberais.

Para salvar a Zona do Euro, o capital optou por sacrificar a sua periferia. É preciso atacar o Estado do bem-estar no conjunto da Europa, e não deixar qualquer resquício dele em países como Espanha, Grécia, Portugal e Irlanda. Existe a tendência de que esses países também tenham seu status imperialista rebaixado para semicolonial. Ao mesmo tempo, eles poderão se tornar um cinturão de exército de reserva que irá pressionar a classe trabalhadora dos

países centrais a também aceitarem os pacotes de ajustes.

Mesmo que consiga aprovar os planos de austeridade, novos planos serão necessários. O ataque do Capital está apenas se iniciando, e não há garantia nenhuma na sua efetivação. A queda recente de vários governos é um termômetro do aumento da crise de dominação burguesa. Mesmo medidas simples da democracia burguesa que até ontem eram largamente utilizadas, como os plebiscitos, hoje têm o poder de colocar em risco a União Europeia. O próximo período pode levar a situações e crises revolucionárias em países imperialistas, o que não ocorria desde a revolução portuguesa de 1975. É a luta de classes que vai decidir o curso da crise económica.

**Leia artigo completo no site da LIT: [www.litci.org](http://www.litci.org)**